

## **Guaraciaba: o primeiro Barão negro do Brasil Império que foi colocado no porão da história pela elite política brasileira**

### **Guaraciaba: the first black Baron of Brazil's Empire who was placed in the basement of history by the Brazilian political elite**

DOI:10.34117/bjdv7n10-093

Recebimento dos originais: 07/09/2021

Aceitação para publicação: 10/10/2021

#### **Jailton Santos Reis**

Especialista em Engenharia e Gestão do Conhecimento e Inteligência Empresarial pela Universidade Federal da Bahia. Especialista em Administração de Empresas pela mesma universidade. Bacharel em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade Federal da Bahia e Licenciado em História pela Universidade Estácio de Sá  
E-mail: jsantos.reis@gmail.com

#### **Anderson Luis da Paixão Café**

Doutor em Difusão do Conhecimento e Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Bahia. Especialista em Metodologia do Ensino, Pesquisa e Extensão pela Universidade do Estado da Bahia. Bacharel em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade Federal da Bahia e Licenciado em Filosofia pelo Centro Universitário Internacional. É servidor público do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia

E-mail: andersoncafe2011@gmail.com

#### **RESUMO**

O presente artigo tem como objetivo apresentar, de forma breve, a histórica do primeiro Barão negro do Brasil Imperial, O Barão de Guaraciaba, desde a sua ascensão financeira e social até a sua invisibilidade na historiografia brasileira. Para explanar sobre o tema, primeiramente, realizou-se uma breve apresentação sobre a origem, o crescimento e o desenvolvimento de Francisco Paulo de Almeida, bem como a sua rede de sociabilidade que deu lastro para suas conquistas financeiras e sociais. No segundo momento da abordagem, com base em autores das áreas da Sociologia e da Filosofia, pensou-se sobre como a elite usou e ainda usa mecanismos de poder para excluir e discriminar personagens como o Barão de Guaraciaba e outras tantas pessoas negras e/ou afrodescendentes da nossa história. A pesquisa caracteriza-se como de natureza qualitativa na qual se fez uso da pesquisa bibliográfica em fontes teóricas das áreas da História, Sociologia e Filosofia. A partir dessas leituras, foi realizada uma análise quanto ao processo de invisibilidade sofrido pelo Barão de Guaraciaba e os mecanismos desse processo praticado pela elite brasileira. O resultado mostra que o Brasil, por meio de sua elite preconceituosa e retrógrada, praticava e ainda pratica mecanismos de exclusão e invisibilização para com pessoas negras e/ou afrodescendentes por conta da sua formação e construção histórica racista. Os dados da pesquisa evidenciaram a importância do Barão de Guaraciaba para a história do país ainda que os mecanismos de invisibilização social tenham sido acionados, pela elite brasileira de sua época, para colocá-lo no porão da

História, situação que, ainda hoje, ocorre, com muita frequência, com a população negra e afrodescendente desse enorme e desigual país.

**Palavras-chave:** Barão de Guaraciaba, Brasil Imperial, Invisibilidade negra, Desigualdade social.

#### **ABSTRACT**

This article aims to briefly present the history of the first black Baron of Imperial Brazil, O Barão de Guaraciaba, from his financial and social rise to his invisibility in Brazilian historiography. To explain the topic, first, there was a brief presentation on the origin, growth and development of Francisco Paulo de Almeida, as well as his sociability network that supported his financial and social achievements. In the second stage of the approach, based on authors from the fields of Sociology and Philosophy, we thought about how the elite used and still uses mechanisms of power to exclude and discriminate characters such as Barão de Guaraciaba and many other black people and/or African descendants of our history. The research is characterized as qualitative in nature in which bibliographical research was used in theoretical sources in the areas of History, Sociology and Philosophy. From these readings, an analysis was carried out regarding the invisibility process suffered by the Baron of Guaraciaba and the mechanisms of this process practiced by the Brazilian elite. The result shows that Brazil, through its prejudiced and retrograde elite, practiced and still practices exclusion and invisibility mechanisms towards black people and/or Afro-descendants due to its racist formation and historical construction. The survey data evidenced the importance of the Baron of Guaraciaba for the country's history, even though the mechanisms of social invisibility were activated by the Brazilian elite of his time to place him in the basement of History, a situation that still occurs today. , very often, with the black and Afro-descendant population of this huge and unequal country.

**Keywords:** Barão de Guaraciaba. Imperial Brazil. Black invisibility. Social inequality.

## **1 INTRODUÇÃO**

Este trabalho é resultado de uma observação sobre a pouca ascensão da população negra aos altos níveis sociais e financeiros da sociedade brasileira e a ausência de reconhecimento social quando essa população alcança às estruturas de poder tradicionalmente ocupadas por uma elite branca e conservadora nacionalista. Ao ler a reportagem publicada no BBC NEWS, intitulada “A história esquecida do 1º barão negro do Brasil Império, senhor de mil escravos”, de autoria de Marcus Lopes, a primeira questão que vem à mente é: como um homem negro conseguiu o título nobiliárquico de baronato em um país atravessado pela escravidão, no período oitocentista? É um acontecimento quase que único e singular na realidade histórica brasileira. Esse feito corroborou para a necessidade de se conhecer a história desse Barão com o intuito de se entender como isso foi possível, visto que a ascensão de uma pessoa, em termos sociais

e econômicos no Brasil, é algo difícil de ser obtido e quando se trata de uma sociedade racista e escravocrata, em pleno século XIX, a situação é mais grave ainda. Mas o que parece ser impossível de acontecer aconteceu e foi entre os anos de 1826 a 1901 (do nascimento à morte do Barão de Guaraciaba). Esse Barão negro, chamado Francisco Paulo de Almeida, conseguiu ser o primeiro Barão negro do Brasil, na época do período Imperial.

O trabalho apresentará as questões históricas e sociais da vida do Barão de Guaraciaba; abordando, de forma breve, desde o seu nascimento até a sua morte; e visa mostrar como ocorreu sua ascensão financeira até alcançar o título de Barão que lhe foi concedido pela princesa Isabel. Na oportunidade, se discorrerá sobre a invisibilidade acometida ao Barão de Guaraciaba pela elite da sociedade de sua época, mesmo sendo ele um homem muito rico e de grande influência na corte. Nessa discussão, apontam-se os mecanismos que eram usados para a invisibilização da população negra, no Brasil Imperial, e que, até os dias atuais, ainda estão fortemente presentes nas relações sociais brasileiras.

Este artigo está dividido em quatro seções. Na primeira, é apresentada a ideia central do trabalho; o objetivo geral; a metodologia e os resultados esperados. Na segunda seção, é esboçada, aos leitores, de forma sucinta, a história de vida do Barão de Guaraciaba. Na terceira seção, os pesquisadores argumentaram a respeito dos mecanismos de poder e de dominação que invisibilizaram o Barão de Guaraciaba, apesar do seu grande crescimento financeiro, no período imperial, e que, ainda hoje, atinge a população negra. Por fim, na quarta e última seção deste artigo, são esboçadas as principais considerações finais a respeito desta pesquisa.

## **2 A ASCENSÃO SOCIAL E ECONÔMICA DE UM HOMEM NEGRO NO BRASIL IMPÉRIO**

Em pleno Brasil Imperial do período oitocentista, tendo D. Pedro II como seu último imperador (1830 a 1888); ocorreu à ascensão de Francisco Paulo de Almeida, um homem negro “livre”, que chegou a obter o título de Barão, O Barão de Guaraciaba. Certo é que ele não foi o único, mas tudo indica ter sido o primeiro e vale ressaltar que foi uma das poucas pessoas negras e não escravas a alcançar tamanha ascensão e riqueza em um país totalmente marcado pela prática de uma economia escravocrata e totalmente racista. Assim como ele, outras pessoas negras conseguiram ascender na época de “trevas total” para os negros escravos no Brasil e nesse seleto grupo do Barão de Guaraciaba estavam

os “barões do chocolate”. Um termo pejorativo dado aos poucos homens negros e/ou afrodescendentes que atingiram esse *status quo*, na sociedade oitocentista da época imperial (DEL PRIORE, 2016).

O Barão de Guaraciaba, cujo nome de batismo era Francisco Paulo de Almeida, nasceu no dia 10 de janeiro (em Santa Lagoa Dourada, um arraial perto de São João del Rei, no interior de Minas Gerais) em 1826 e faleceu em 9 de fevereiro de 1901, no Rio de Janeiro, sendo sepultado no cemitério de Bemposta, município de Três Rios. Ele era filho de um comerciante português, ou seja, um homem branco de nome Antônio José de Almeida, com uma mulher negra, cujo nome no seu registro de nascimento consta como sendo simplesmente “Palolina”. Mas não há certeza sobre a origem dela. Tudo indica que foi uma escrava (FERREIRA, 2009).

A ascensão de Francisco Paulo de Almeida foi um fenômeno ímpar em termos de uma conquista para a época, mas não ocorreu sem nenhum apoio familiar, pois, segundo Ferreira (2009), ele teve um apoio considerável por parte da sua família, visto que “Francisco Paulo de Almeida nasceu em uma estrutura social e familiar razoavelmente bem posicionada na Comarca do Rio das Mortes” (FERREIRA, 2009, p. 47). Apesar da escravidão praticada sobre a população negra da época, existiam famílias negras e/ou afrodescendentes que tinham uma condição confortável em termos financeiros, sendo essa, muito provavelmente, a situação de Francisco Paulo de Almeida que o ajudou, em muito, em seu desenvolvimento empreendedor (FERREIRA, 2009).

Mas o percurso histórico do Barão mostra a sua capacidade de empreender e desafiar as circunstâncias reservadas à grande parte da população negra do seu período histórico, ainda que ele seja de uma origem social menos desfavorecida no oitocentista. Desde jovem, Francisco Paulo de Almeida começou a buscar seu espaço dentro da sociedade por meio de atividades e práticas de homens de negócios. Ainda na adolescência, ele

começou a vida como ourives fabricando botões e abotoaduras em sua terra natal, na região aurífera de Minas. Nos intervalos, tocava violino em enterros, onde recebia algumas moedas como pagamento e os tocos das velas que sobravam do funeral, que utilizava para estudar à noite (LOPES, 2018, p. 4).

Francisco Paulo de Almeida, desde cedo, buscou aproveitar as oportunidades que teve para crescer financeira e socialmente, fazendo uso das boas relações que a sua família possuía (FERREIRA, 2009). Foi com base em sua rede de sociabilidade iniciada e fortalecida durante o seu trabalho enquanto tropeiro transportando mercadorias e informações diversas entre Minas Gerais e Rio de Janeiro, que Francisco Paulo de

Almeida, assim como outros barões de Lagoa Dourada que também já tinham sido tropeiros nesta região, deu início às suas atividades empresariais e ao seu crescimento patrimonial. Primeiramente, ele se dedicou

[...] ao negócio de tropas, viajando de Minas pela estrada geral que passava por Valença – RJ. Em 1860, comprou sua primeira fazenda no Arraial de São Sebastião do Rio Bonito, então 3º distrito da freguesia de Nossa Senhora da Glória de Valença, depois a fazenda de Santo Antônio do Rio Bonito e Conservatória, e fazenda Veneza, no mesmo município de Valença – Rio de Janeiro. Posteriormente, a de Santa Fé em Mar de Espanha – Minas Gerais, Três Barras na atual cidade de Três Rios – Rio de Janeiro, Fazenda Boa Vista na cidade de Paraíba do Sul – Rio de Janeiro, Santa Clara [sic] e Piracema ambas na cidade de Rio Preto – Minas Gerais. Na República, adquiriu a fazenda Pocinho, da família Faro, em 14 de janeiro de 1897, por 180:000\$000, entre os municípios de Vassouras e Barra do Piraí – Rio de Janeiro (FERREIRA, 2009, p. 49).

Na condição de homem de negócio e também de um grande visionário, Francisco Paulo de Almeida não parou com as aquisições supracitadas. Ele avançou em seus empreendimentos e investimentos; buscou investir em outras áreas e atividades empresariais, financeiras e também industriais. Após dez anos de suas primeiras aquisições patrimoniais em termos de terras, ele “[...] em 1870, dedicou-se ao negócio de importação e exportação, situada na antiga Rua de Bragança, 31, na Corte. Participou da construção da Estrada de Ferro de Santa Isabel do Rio Preto, cujos trilhos atravessavam as terras de sua propriedade na fazenda Veneza” (FERREIRA, 2009, p. 50).

Para alguns, a ascensão financeira do Barão esteve relacionada, também, ao fato de ele ter tido um pouco de sorte na vida, uma vez que, por conta do seu casamento e da morte de seu sogro, ter herdado uma boa quantidade de bens e fortuna até mesmo por conta de que

Após a morte do sogro, [o Barão] assumiu todos os negócios e sua fortuna disparou: comprou sete fazendas de café espalhadas pelo Vale do Paraíba fluminense e interior de Minas. Apenas na fazenda Veneza, em Valença, possuía mais de 400 mil pés de café e cerca de 200 escravos. Levando-se em consideração que ele tinha outras áreas produtoras de café, o Barão pode ter tido até mil escravos (LOPES, 2018, p. 5).

No entanto, para Ferreira (2009), essa informação não é totalmente verdadeira. Em suas pesquisas, ele aponta que, de fato, Francisco Paulo de Almeida foi beneficiado com a partilha das heranças da sua família, pois

Em 1842, aos dezesseis anos, Francisco Paulo de Almeida recebeu da partilha de bens de Dona Galdina Alberta do Espírito Santo a quantia de 257\$ 254 [duzentos e cinqüenta e sete mil, duzentos e cinqüenta e quatro réis]. Nove anos depois, já aos vinte e cinco anos, na partilha de bens de Dona Barbara Joaquina [de Jesus], ele é contemplado com a quantia de 99\$011 [noventa e nove mil e onze réis]. Entretanto, por ocasião da partilha de bens de seu pai, ele, aos cinqüenta anos, abre mão de sua parte da herança em favor de suas irmãs Romualda e Anita, além de não receber a quantia de 937\$020 [novecentos e trinta e sete mil e vinte réis] da dívida contraída por seu pai (FERREIRA, 2009, p. 53).

E corroborando com sua pesquisa e argumentação, Ferreira (2009), aponta que, de fato, Francisco Paulo de Almeida foi um homem negro diferenciado em termos de condições sociais e econômicas para sua época, pois

[...] embora ainda não tenha conseguido identificar a atividade do pai, Sr. Antonio José de Almeida, consta que Francisco Paulo de Almeida nasceu sob o amparo de uma rede de relacionamento social compartilhando e usufruindo relações com o Judiciário, a nobreza e os agricultores, tendo seu polo principal na Comarca do Rio das Mortes, Arraial de Lagoa Dourada, freguesia de São João Del Rei em Minas Gerais (FERREIRA, 2009, p. 54).

É inegável a questão e importância, bem como o impacto das redes de relações sociais em toda e qualquer sociedade e em se tratando do Brasil esse elemento é muito mais impactante quando entra em cena a situação e ascensão de uma pessoa e, principalmente, se essa pessoa é negra e viveu no século XIX até mesmo porque, nas relações de poder, cabe sempre a questão de situação de “trânsito” nos espaços estabelecidos dos grupos dominantes (FOUCAULT, 1979).

Portanto, ter alguma “ponte” que permita o acesso ao sistema das relações de poder é essencial para o ingresso de qualquer pessoa nos referidos espaços de poder exclusivo de determinados grupos da sociedade. E para que Francisco Paulo de Almeida pudesse iniciar a sua vida empresarial desde a sua adolescência foi preciso existir alguma forma de penetração nesses espaços restritos para pessoas negras ou afrodescendentes, mesmo sendo ele um homem “livre”. Fato claramente demonstrado por Ferreira (2009), quando ressalta que

O pai de Francisco Paulo de Almeida pertenceu à Irmandade de São João Evangelista, tendo ingressado em vinte e cinco de dezembro de 1819. Pertenceu também à Irmandade de Nossa Senhora das Mercês. Provavelmente, essa ligação com as Irmandades tenha facilitado para Francisco Paulo de Almeida tocar violino nos velórios, uma vez que, para tanto, necessitava da autorização da Irmandade administradora da capela e cemitério. Além disso, considero como um rastro marcante e facilitador de seu ingresso e atuação na Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Valença – Rio de Janeiro (FERREIRA, 2009, p. 54).

O fato de se demonstrar a importância das relações do pai de Francisco Paulo de Almeida para que ele pudesse ter tido acesso a pessoas ricas e poderosas e, assim, desenvolver suas atividades empresariais em nada tira o mérito de suas conquistas, apenas sinaliza os elementos pertencentes “[...] da macrohistória para a microhistória — para que outras histórias, olhares, sujeitos e acontecimentos apareçam para análise e estudo” (FERREIRA, 2009, p. 104) e também serve para demonstrar que “[...] é necessário articular o contexto social e geográfico com o sujeito, mostrando em que medida o contexto permite o sujeito e, de outro lado, em que medida esse sujeito participa da construção desse mesmo contexto” (FERREIRA, 2009, p. 54).

Nesse sentido, é preciso destacar que o momento retratado é o período do Brasil Império nas quais pessoas negras e afrodescendentes, como o Barão de Guaraciaba, sofriam intenso preconceito. Acrescente-se a isso o fato do aumento do contrabando de negros que teve uma expansão de quase 700 mil cativos trazidos para o país, exatamente no contexto da época na qual Francisco Paulo de Almeida estava obtendo seu crescimento financeiro e social. E seu crescimento financeiro e ascensão social estavam de acordo com o discurso apregoado pelo estado, que justificava o próprio crescimento e desenvolvimento do país com a necessidade da mão de obra dos negros contrabandeados (PEIXOTO PARROM, 2009).

No contexto apresentado acima é que Francisco Paulo de Almeida prosperou e cresceu financeiramente, tornando-se, já nessa época, um dos homens mais ricos do Brasil Império, tendo como patrimônio várias fazendas de café, imensas casas luxuosas, escravos, e, por esse período, ele obteve o título nobiliárquico de Barão de Guaraciaba, concedido pela princesa Isabel, em 16 de setembro de 1887, “[...] pela dedicação de Guaraciaba à Santa Casa de Valença, onde foi provedor. [Entretanto], entrar para a nobreza tinha um custo fixo e tabelado pela corte: 750 mil réis” (LOPES, 2018, p. 7). Além de um grande cafeicultor, Francisco Paulo de Almeida participou de vários empreendimentos em instituições bancárias por volta dos anos de 1880 e 1890. O seu portfólio, enquanto empresário, é amplo e abrangia vários setores. Guaraciaba fez parte do

[...] grupo de fundadores do Banco Territorial e Mercantil de Minas Gerais e do Banco de Crédito Real de Minas Gerais. Foi fundador e responsável pela criação da Companhia Mineira de Eletricidade, primeira Usina Hidrelétrica da América do Sul [1889]; da Academia de Comércio [1891]; participou da fundação da Companhia de Juta, em 1894, da Cooperativa Construtora de Minas Gerais, da Sociedade Promotora da Emigração em Minas Gerais, do Diário de Minas [1888] e da Companhia Agrícola Industrial Mineira [1890] (FERREIRA, 2009, p. 50).

Vale ressaltar que todas as realizações de Francisco Paulo de Almeida estiveram ancoradas nas suas redes de ligações com a alta sociedade da época por conta dos laços advindos pela sua família, no caso específico, do seu pai com as Santas Casas e a alta burguesia do Império. Esta ampla gama de contatos com a elite oitocentista e cafeicultura do Brasil, juntamente com suas ligações nos meios de poder da sociedade, vão lhe favorecer e abrir portas para alcançar, além da sua riqueza e prestígio na alta sociedade, o seu título de baronato de Guaraciaba (FERREIRA, 2009).

Para Ferreira (2009) foi essencial sua ligação com uma instituição poderosa no seu crescimento financeiro e social, uma vez que

A importância social e política de se pertencer a uma Irmandade, bem como o ingresso na Ordem da Misericórdia, propiciaram a Francisco Paulo de Almeida aumento de suas relações sociais e políticas através dos contatos e convívios inerentes ao cargo de provedor que ocupou nessa instituição. Através desse cargo, ele passa a desfrutar, com certa frequência, do contato com D. Pedro II, a Princesa Isabel e o Conde D'Eu, nas solenidades de inauguração e atos filantrópicos proporcionados por essa Instituição. Além disso, teve as portas abertas e facilitadas na elite da cidade e com os nobres da Corte que pertenciam às Irmandades ou as prestigiavam (FERREIRA, 2009, p. 105).

Para obter uma posição dentro dos espaços de poder, Francisco Paulo de Almeida, o Barão de Guaraciaba, buscou obter um *status quo* na elite da época, e tal *status* ficava garantido por meio dos vínculos com as Santas Casas de Misericórdias, já que pertencer a esse seleto grupo trazia o que os homens de sua época buscavam e precisavam: prestígio social

Este prestígio adquirido pelo ingresso na Irmandade agregado à sua ocupação no cargo de seu Provedor e o incentivo proporcionado por D. Pedro II aos seus membros e benfeitores, conforme descrito adiante forma um dos meios facilitadores para seu ingresso na nobreza brasileira. 'O ingresso na Irmandade da Misericórdia significava o reconhecimento social das posses e a possibilidade de ampliá-las, já que os créditos bancários e comerciais abriam-se para o associado'. O cargo de Provedor geralmente era ocupado por políticos influentes, nobres titulares ou ricos comerciantes (FERREIRA, 2009, p. 105, grifo do autor).

Segundo Ferreira (2009), Francisco Paulo de Almeida se tornou provedor da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro e “[...] inicia-se na Irmandade, sendo eleito para o biênio 1882-1884” (2009, p. 108). Um posto como esse representava o ápice de ascensão e de representação social na sociedade imperial do Brasil do século XIX. Esse passo foi o preâmbulo para sua conquista seguinte e talvez a mais importante: a de Barão de Guaraciaba. Com suas conquistas financeiras e sociais, Francisco Paulo de Almeida se consolidou como um dos grandes homens da alta sociedade, já que

A concessão de títulos consolidou a importância de Francisco Paulo de Almeida em seu grupo social, suficientemente prestigioso para figurar ao lado daqueles outros [fazendeiros, políticos, principalmente, e mais financistas, banqueiros, comerciantes e, em menor escala, médicos, professores e escritores, membros do corpo diplomático, oficiais do exército e marinha], formadores da nobreza brasileira (FERREIRA, 2009, p. 112).

As “herculanas” conquistas obtidas por Francisco Paulo de Almeida, o Barão de Guaraciaba, são um marco na história pessoal dele e, mais ainda, das pessoas negras por conta do histórico da escravidão sofrida pela população negra durante 358 anos (de 1530 – 1888) em um país considerado como o mais racista e reacionário do mundo quando se trata das questões da desigualdade social, política, econômica e educacional à população negra e/ou afrodescendente.

Francisco Paulo de Almeida antes da riqueza, das fazendas de cafés, dos escravos que possuiu, do seu aclamado título nobiliárquico de Barão de Guaraciaba foi um homem negro, gerado a partir do relacionamento entre o seu pai, um pequeno comerciante português local e sua mãe, uma mulher negra e escravizada, cuja ausência de registros históricos impossibilita a obtenção de mais informações sobre a sua genitora (FERREIRA, 2009). Em face de toda a sua ascensão econômica e social, no Brasil Império, ao lado de tantos outros grandes cafeicultores de sua época, alguns questionamentos são levantados por Ferreira (2009) que merecem a atenção dos leitores:

[...] Quais as circunstâncias para o silêncio ou a ausência de informações específicas sobre ele? Por que, nas raras vezes em que é citado, aparece somente como o Barão de Guaraciaba, sem referência e com omissão da sua condição “racial” e descendência?; [...] o que significou para um negro estar presente nessa alta-roda política e social? De fato, até que ponto pode-se afirmar que ser Barão possibilitou a integração do sujeito com esses grupos? Ele fazia, de fato, “parte” desses espaços, desses cenários sociais e políticos da época? Como avaliar a intensidade e o grau de pertencimento e interação? Como era recebido e como recebia os nobres nos salões, por ocasião de eventos sociais? (FERREIRA, 2009, p. 44 - 45).

As indagações se dão porque a despeito de todo o poder e conquistas obtidas pelo Barão de Guaraciaba, não lhe foi possível fugir, assim como as demais pessoas negras que viveram em sua época, da discriminação racial e, no caso específico dele, da invisibilização sobre seus grandes feitos ocorridos em pleno século XIX pela elite econômica, social e política daquela época e atualmente. Conforme aponta Ferreira (2009).

Ao iniciar o trabalho, deparei-me [com] um elemento problemático: a falta de informação sobre o Barão. Praticamente nada encontrei escrito sobre ele nas fontes iniciais, tais como: o Legislativo Municipal e a biblioteca das Prefeituras de Vassouras, Valença e Três Rios. Era como se o personagem não houvesse existido (FERREIRA, 2009, p. 10).

Tal situação corrobora para explicar o atraso presente na elite brasileira como também referendar o quanto um homem negro, mesmo quando se torna uma pessoa poderosa, está imerso em um sistema social altamente excludente, visto que a elite do atraso, conforme denuncia o professor Jessé de Souza (2017), não perdoa homens, mulheres e/ou quaisquer outros seres pobres, negros e/ou favelados, inclusive pretos ricos. Todos estão submetidos a uma espécie de maquinaria de produção de exclusões sociais que, ainda hoje, está em pleno funcionamento neste país.

### **3 A MAQUINARIA DE PRODUÇÃO DE EXCLUSÕES SOCIAIS OPERADA CONTRA A POPULAÇÃO NEGRA DE ONTEM E DE HOJE: A INVISIBILIDADE DO BARÃO**

Apesar de todo o *status quo* alcançado pelo Barão de Guaraciaba, o preconceito racial operado pela elite oitocentista não o perdoou, colocando-o no porão da invisibilidade histórica, o que demanda, de fato, muita coragem dos historiadores para estudarem e se dedicarem a análise desses símbolos bem sucedidos de mestiçagem no Brasil, conforme ressaltou a historiadora Mary Del Priore (2016).

É preciso lembrar que Francisco Paulo de Almeida viveu em uma época na qual predominava, de forma legal, a escravização da população negra reinando sobre essa o preconceito e a discriminação racial. A distinção social, por sua vez, era marcada, predominantemente, pelas condições econômicas e a cor da pele, pois negro, naquela época e talvez ainda hoje, estava associado, simbolicamente e pragmaticamente, ao pertencimento a uma classe social subalterna que deveria servir à população branca em seus diversos aspectos, inclusive sexual.

Entretanto, apesar do remédio aplicado pela princesa Isabel para acabar com a escravidão no país a contragosto da elite cafeicultura da época, os efeitos colaterais desse remédio mal administrado pelo governo brasileiro ainda estão fortemente presente nos dias de hoje, visto que boa parte da população negra ainda continua corroborando, significativamente, para a geração de riquezas no país, mas estão totalmente excluídas da possibilidade de desfrutar daquilo que produzem.

À população negra, em pleno século XXI, no Brasil, ainda é reservada as piores escolas senão o próprio analfabetismo funcional, sobretudo entre os moradores das zonas mais longínquas desse enorme e desigual país. A essa população, ainda lhe são destinadas as piores ocupações econômicas desvalorizadas socialmente como as de catadores de lixo; vigilantes; vendedores de doces, salgado e quitutes, ainda que todas elas sejam dignas socialmente, mas são, predominantemente, ocupadas por negras e negras desprovidas de uma educação de qualidade nos moldes da população branca e eurocêntrica. E para piorar a situação, vive-se sob a égide do mito da democracia racial, cujo lema principal é de que todos são iguais, não havendo preconceito e discriminação entre os brasileiros.

Prevalecem no Brasil as formas “mascaradas” de preconceitos e práticas para colorir a pílula amarga do preconceito e da discriminação. Não é nada estranho se ouvir expressões como: “é como se fosse da família”; “eu tenho como um filho ou uma filha”; “aqui em casa não tem isso de cor, todo mundo é igual, todo mundo é parente”, “deixe de bobagem, nós fomos criados todos juntos”. E tantas outras maneiras para poder, de forma velada, se praticar sem nenhum tipo de cobrança os atos e constantes episódios de racismo e discriminação.

Assim, é preciso lembrar que a elite brasileira do século XIX era totalmente preconceituosa e racista. A ascensão de um homem negro ou afrodescendente em um país agrário e imperialista não poderia ser aceita de bom grado: uma “ovelha negra” no seu hall. Essa elite do passado e a atual, presente de forma voraz nos espaços de poder, não aceitava e não aceita tal incisão no seu meio privilegiado para alguns “fidalgos” oriundos da nobreza escravocrata. A situação de invisibilização que o Barão de Guaraciaba sofreu e que a população negra ainda sofre neste país decorre do fato de que “[...] o presente não se explica sem o passado, e apenas a explicação que reconstrói a gênese efetiva da realidade vivida pode, de fato, ter poder de convencimento. Essa é, inclusive, a razão da força de convencimento do culturalismo conservador entre nós” (SOUZA, 2017, p. 14). A razão de tal processo de invisibilizar uma pessoa negra está “[...] precisamente no aspecto principal de todo racismo, que é a separação ontológica entre seres humanos de primeira classe e seres humanos de segunda classe” (SOUZA, 2017, p. 16).

Portanto, era normal e aceitável, para a sociedade elitizada oitocentista, a existência de processos de vigilância e punição aos seus membros ricos e poderosos negros como exclusão dos ambientes elitistas e burgueses da época, assim como a aplicação de formas do silenciamento daqueles “corpos sociais negros ricos”, por meio

de ferramentas e códigos para a separação e distinção dos seus membros. Como exemplo, a quase ou nenhuma divulgação sobre o Barão de Guaraciaba na imprensa, ou quando o fazia, negava-se informar sua cor de pele ou maiores detalhes sobre o mesmo (FOUCAULT, 1987; FERREIRA, 2009).

Os mecanismos de poder usados para manter ou controlar os membros em determinada sociedade como a brasileira, de origem senhorial e escravocrata, podem ser vários, mas todos implicam, segundo Café (2017), com base nas análises do sociólogo francês Pierre Bourdieu, que

[...] além da dominação estrutural, há também a dominação simbólica, o que implica pensar que, mentalmente, determinados indivíduos se encontram sujeitados ao poder pertencente a outros indivíduos ou instituições sociais. Nessa perspectiva, o poder é, antes de tudo, uma espécie de poder simbólico derivada das classificações que os homens fazem do mundo em que vivem e que passam, ao longo do tempo, a se constituírem classificações naturais e espontâneas (CAFÉ, 2017, p. 50).

Essas formas simbólicas de poder se estendem para todas as entrâncias sociais estruturadas e estruturantes nas relações cotidianas entre as pessoas no seu dia a dia de ser e se fazer presente enquanto indivíduo visível ou invisibilizado pelos discursos produzidos pelos que podem impor sua forma de dominação sobre os demais, ou seja, os senhores modernos contra os “cidadãos(ãs) livres” atuais (SOUZA, 2009). A situação de dominação de um pequeno grupo sobre a grande maioria é resultado da falta de conhecimento sobre como e o que é uma sociedade livre de forma concreta. Daí sobra o conhecimento partilhado pelos não detentores do conhecimento mais elevado cientificamente, a saber: o senso comum como forma de organização política, cultural e social. O resultado é que

Sem indivíduos capazes de discutir e refletir com autonomia não existe democracia verdadeira. Sem práticas institucionais e sociais que estimulem e garantam a possibilidade de crítica e a independência de opinião e de ação, não existem indivíduos livres. O problema é que não é fácil perceber os modos insidiosos pelos quais as práticas dos poderes dominantes constroem a ilusão de liberdade e igualdade. E não há campo melhor para se desconstruir e criticar as ilusões que reproduzem o poder e o privilégio em todas as suas formas que o universo do senso comum (SOUZA, 2009, p. 42).

No Brasil, a falta de uma verdadeira democracia e liberdade não é um fenômeno aleatório. Aqui, todo ato de segregação e exclusão social é pensado e planejado pela elite burguesa dominante desde a sua origem até os dias atuais. A invisibilidade imposta a Francisco Paulo de Almeida não foi um fato isolado, mas um ato oriundo de uma forma de pensar e de agir de uma elite cafeicultora racista, que se faz presente ainda hoje. Por

isso, Souza (2017) acredita ser essencial “[...] perceber como as ideias são criadas e qual o seu papel na forma como a sociedade vai definir seu caminho específico” (SOUZA, 2017, p. 20).

No contexto moderno, é preciso ficar atento aos novos discursos que pretende legitimar as formas de invisibilização sobre os “desafortunados” da liberdade democrática, porque

[...] a ‘justiça’ e a legitimidade do privilégio moderno é o fato de que ele seja percebido como conquista e esforço individual. Nesse sentido, podemos falar que a ideologia principal do mundo moderno é a ‘meritocracia’, ou seja, a ilusão, ainda que seja uma ilusão bem fundamentada na propaganda e na indústria cultural, de que os privilégios modernos são ‘justos’. Sua justiça reside no fato de que ‘é do interesse de todos’ que existam ‘recompensas’ para indivíduos de alto desempenho em funções importantes para a reprodução da sociedade. O ‘privilégio’ individual é legitimado na sociedade moderna e democrática, fundamentada na pressuposição de igualdade e liberdade dos indivíduos, apenas e enquanto exista essa pressuposição (SOUZA, 2009, p. 43, grifos do autor).

O discurso moderno mostrado aponta um problema da visão moderna de poder. Foucault (1979) demonstra que o poder se dá de duas formas: “[...] o esquema contrato-opressão, que é o jurídico, e o esquema dominação repressão ou guerra-repressão, em que a oposição pertinente não é entre legítimo-ilegítimo como no precedente, mas entre luta e submissão” (FOUCAULT, 1979, p. 100). Ou seja, a elite pode dizer que ela não impõe seu poder, mas que existe uma falta de vontade por parte dos demais membros da sociedade de se “libertarem” da sua condição social, já que, como demonstrado por Souza (2009), no discurso moderno da elite, todos os indivíduos são livres e podem vencer com base nos seus próprios méritos.

E essa concepção sociológica da elite brasileira não é algo a parte da sua própria composição e formação histórica porque “[...] o presente e o futuro estão contidos, na mesma escala, nas opções históricas, conscientes ou não, que ficam por trás da absorção de um padrão de civilização”, como bem demonstrando por Florestan Fernandez (1976, p. 49), em sua análise sobre a burguesia brasileira.

A história da sociedade brasileira é constituída por uma visão e concepção preconceituosa em relação à sua população negra e pobre. Ao longo do tempo, criou-se, no Brasil, um comportamento típico de exclusão e isolamento entre suas classes sociais muitas vezes escancarados e em outras veladas. A base desse comportamento está na nossa origem escravocrata trazida pelo colonizador português, desde nossa formação, na visão de Souza (2017).

No Brasil, desde o ano zero, a instituição que englobava todas as outras era a escravidão, que não existia em Portugal, a não ser de modo muito típico e passageiro. Nossa forma de família, de economia, de política e de justiça foi toda baseada na escravidão. Mas nossa autointerpretação dominante nos vê como continuidade perfeita de uma sociedade que jamais conheceu a escravidão a não ser de modo muito datado e localizado. Como tamanho efeito de autodesconhecimento foi possível? Não é que os criadores e discípulos do culturalismo racista nunca tenham falado de escravidão. Ao contrário, todos falam. No entanto, dizer o nome não significa compreender o conceito (p. 28).

E na falta de compreensão ou de aceitação da formação histórica institucional do Brasil está o resultado do contexto da desigualdade social, econômica e cultural existente nas divisões de classes sociais, uma vez que

[...] os níveis médios de renda e de escolaridade associados a determinada ocupação costumam ser os critérios de hierarquização. Assim, nesses casos, embora se tratem de definições de classe operacionalizada em termos de uma estrutura ocupacional, os verdadeiros critérios que definem a hierarquia são a educação e a renda (ROCHA, 2015, p. 48).

Essa hierarquização social serve para delimitar e até impedir o acesso da grande maioria a serviços essenciais como uma educação de qualidade, e dessa forma, também, bloquear possível ascensão financeira e social, como ocorreu com Francisco Paulo de Almeida. A ascensão do Barão de Guaraciaba, como a de outros homens negros e afrodescendentes no Brasil imperial foi um feito “Herculano” por conta da realidade de um país escravocrata e retrógrado. Além dele, outros homens negros também ascenderam financeiramente e socialmente naquela época, mas tiveram suas biografias praticamente apagadas da história para a grande maioria da população por não existir praticamente registros oficiais em livros didáticos e informações nos meios e veículos de comunicação de massa (FERREIRA, 2015).

Uma das formas mais eficazes e porque não perversas de se isolar e se invisibilizar, socialmente, uma pessoa, especialmente as negras e afrodescendentes é limitar, dificultar ou até mesmo proibir seu acesso a uma educação de qualidade, o que lhe traz duas outras conseqüências imediatas: limitada participação da população negra nas estruturas de representação política do país e, conseqüentemente, a escassez de oportunidade para formular políticas públicas voltadas para as suas necessidades, bem como a ocupação de atividades econômicas socialmente desvalorizada e economicamente precarizada não assumida, em sua maioria, pela população branca. É certo que será somente por meio de uma educação de qualidade e de uma representação política expressiva e significa que a população preta e pobre deste país poderá ter maiores chances de vencer as barreiras hierárquicas da estratificação econômica, social, cultural e política.

Levando em consideração a pesquisa realizada pelo IBGE (2020) sobre “Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil”, a prática de invisibilização das pessoas negras e pardas persiste, pois o acesso desse grupo a elementos-chaves de quebra aos fatores de superação das barreiras sociais impostas é ainda muito significativo. Alguns resultados da pesquisa relevam a permanência de um pensamento altamente excludente da sociedade brasileira em relação à população negra.

No campo da Educação, por exemplo, os dados correspondentes ao período de 2016 e 2018, mostram que a população preta ou parda, sua taxa de analfabetismo no grupo de 15 anos ou mais saiu de 9,8% para 9,1%, e as do grupo de 25 anos ou mais com ensino médio completo se ampliou de 37,3% para 40,3%. Já na população branca, a taxa de analfabetismo era 3,9%, sendo a proporção com pelo menos o ensino médio completo de 55,8%, em 2018;

No campo da representação política, a situação atual é de sub-representação da população preta ou parda apesar de ser 55,8% da população, essa camada social representa 24,4% dos deputados federais e 28,9% dos deputados estaduais eleitos em 2018 e 42,1% dos vereadores eleitos em 2016.

No mercado de trabalho, as pessoas negras ou pardas constituíam a maior força de trabalho em 2018, correspondendo a 57,7 milhões de pessoas enquanto que as pessoas brancas foi de 46,1 milhões. Porém, no que se referem à população desocupada e subutilizada, as pretas ou pardas perfaziam cerca de  $\frac{2}{3}$  dos desocupados (64,2%) e dos subutilizados (66,1%) na força de trabalho.

O que se observa, por sua vez, é a permanência de um verdadeiro processo de exclusão e de invisibilização da população negra e/ou afrodescendente por meio do pouco acesso a ferramentas sociais que são essenciais na ascensão e superação das condições financeiras e sociais degradante em que se encontra a maior parcela do povo preto e pobre no Brasil.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O artigo teve como objetivo apresentar, de forma breve, o percurso histórico de um homem negro que se destacou socialmente e economicamente no Brasil Império e que, somente no final de sua vida, em 1887, apesar de toda a sua riqueza e prosperidade econômica, obteve o título nobiliárquico de Barão de Guaraciaba, concedido pela princesa Isabel, a um custo de 750 mil réis, pelo reconhecimento e relevância de seu trabalho enquanto provedor da Santa Casa de Valença.

Ainda que tenha sido fruto de um relacionamento entre o seu pai (um homem branco e comerciante português local) com a sua mãe, uma negra escravizada conhecida como “Palolina”, não há registros historiográficos que evidenciem a indignação do Barão de Guaraciaba em relação à escravidão. Muito pelo contrário, toda a riqueza construída pelo Barão adveio da mão de obra escrava que era a única disponível na época, ainda que esse fato possa causar indignação nos dias de hoje.

Apesar de escravizar negros em suas fazendas, há registros, nas pesquisas de Ferreira (2009) e em dizeres de sua trineta, Mônica de Souza Destro, que está reunindo material para publicar a biografia do Barão, de que os escravos não erram surrados e tão pouco violentados fisicamente em suas fazendas, tanto que muitos decidiram permanecer com o Barão mesmo após a alforria e, como recompensa, foram agraciados pelo Barão “[...] com dinheiro e propriedades” (LOPES, 2018, p. 9) ao serem incluídos no testamento de Guaraciaba.

A trajetória pessoal de Francisco Paulo de Almeida, o Barão de Guaraciaba, é muito rica e importante para a história do país. Entretanto, a pesquisa revelou que um homem afrodescendente que chegou a ser um Barão em pleno século XIX, quando o país era regido por D. Pedro II, não tem sua biografia conhecida pela maioria da população brasileira e isso porque é difícil encontrar material sobre a história desse homem ímpar no cenário da economia cafeeicultora, bancária e industrial do Brasil.

A pesquisa mostrou, ainda, que o Barão de Guaraciaba foi uma exceção e não uma regra no Brasil da sua época. A ascensão e conquista financeira de um homem afrodescendente no Brasil, ao invés de ser um motivo para ampla divulgação, teve um destino oposto. Durante o trabalho percebeu-se que a elite oitocentista procurou fazer de tudo para invisibilizar suas conquistas e feitos como empresário, filantropo, banqueiro, industrial e um homem de visão empreendedora.

Com base na literatura usada para a realização desta pesquisa, ficou constatado que a prática de invisibilizar pessoas como o Barão de Guaraciaba é constante na sociedade burguesa e elitizada brasileira. A elite conservadora e reacionária brasileira sempre buscou e ainda busca meios para tentar apagar as realizações de homens como Francisco Paulo de Almeida, sendo que essa prática não ficou restrita ao período do Brasil Imperial. Ela é atual e frequente nos dias de hoje. Por último, esta pesquisa permite a reflexão sobre o quanto a elite brasileira possui uma forma retrógrada e atrasada de isolar e segregar a população preta e pobre deste país que tanto tem corroborado para a produção

da riqueza nacional, mas que é impedida de poder usufruir dessa riqueza que ela tanto produz.

## REFERÊNCIAS

CAFÉ, Anderson Luis da Paixão. **O controle e a regularidade na produção e na difusão de conhecimento no campo científico interdisciplinar**. 327f. 2017. Tese (Doutorado Multiinstitucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

DEL PRIORE, Mary. **Histórias da gente brasileira: volume 2: Império**. São Paulo: LeYa, 2016.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FERREIRA, Carlos Alberto Dias. **Francisco Paulo de Almeida – Barão de Guaraciaba: reflexões biográficas e contexto histórico**. 135f. 2009. (Programa de Mestrado em História Social da USS) – Faculdade Educacional Severino Sombra, Universidade Severino Sombra, Vassouras, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

LOPES, Marcus. **A história esquecida do 1º barão negro do Brasil Império, senhor de mil escravos**. 2018. Disponível em: < <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44792271>>. Acesso em 20 dez. 2020.

PEIXOTO PARRON, Tâmis. **A política da escravidão no Império do Brasil, 1826 – 1865**. São Paulo: USP, 2009.

ROCHA, Emerson Ferreira. **O Negro no Mundo dos Ricos: um estudo sobre a disparidade racial de riqueza no Brasil com os dados do Censo Demográfico de 2010**. Tese (Doutorado do Instituto de Ciências Sociais Departamento de Sociologia) – Faculdade de Sociologia, Universidade Federal de Brasília, Brasília, 2015.

SOUZA, Jessé José Freire de. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2017.

SOUZA, Jessé; GRILLO, André. et al. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.